

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM TIMBIRAS (MA)

Dilmar Kistemacher¹

Camila Campêlo de Sousa²

Resumo: O objetivo deste estudo foi mapear as ações de Educação Ambiental (EA) desenvolvidas no âmbito da gestão pública do município de Timbiras (MA). A Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura realiza ações de EA junto às comunidades e escolas. A Secretaria Municipal de Saúde desenvolve ações de educação em saúde, mas apresenta fragilidades na execução de ações em saúde ambiental e de Educação Ambiental. A Secretaria de Educação não desenvolve projeto de EA junto às escolas municipais, atua apenas na forma de apoio em ações. A Secretaria de Cultura e Turismo não desenvolve projetos que promovam práticas educativas ambientais. Assim, a gestão municipal de Timbiras necessita de planejamento para desenvolver a EA satisfatoriamente.

Palavras-chave: Política Nacional de Educação Ambiental; Políticas Públicas; Intersetorialidade.

Abstract: The objective of this study was to map the Environmental Education actions developed within the scope of public management in the municipality of Timbiras (MA, Brazil). The Department of Environment carries out actions with the municipality's communities and schools. In the Department of Health, there are health education actions, but there are weaknesses in the execution of environmental health and environmental education actions. The Department of Education does not develop Environmental Education projects with municipal schools, it only acts in the form of supporting actions. The Department of Culture and Tourism does not develop projects in area. The Timbiras management needs planning to develop Environmental Education satisfactorily.

Keywords: National Environmental Education Policy; Public Policy; Intersectorality.

¹Universidade Federal do Maranhão. E-mail: d.kistemacher@ufma.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0841056110133458>

²Universidade Federal do Maranhão. E-mail: camila.campelo@ufma.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9811739334985370>

Introdução

A conjuntura contemporânea em nível global, marcada por um conjunto de problemas socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais, enseja estudos e reflexões acerca das ações empreendidas pela gestão pública sobre os problemas ambientais, seus impactos e prejuízos. O enfrentamento dos diversos problemas socioambientais seja em nível global, seja em nível local, exige uma apreciação crítica, especialmente por parte da gestão pública, enquanto agente responsável pela efetivação e gestão das políticas públicas.

A Educação Ambiental, enquanto política pública, “se constitui como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). As políticas de Educação Ambiental, para além de sua obrigatoriedade enquanto processo fundamental e permanente, em caráter formal e não formal, se afirmam também, como um direito público, garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988). E, “incumbe a todos o dever de proteger o meio ambiente como bem ecologicamente sadio para as presentes e futuras gerações e, para tanto, todos tem o direito à Educação Ambiental” (Maranhão, 2010).

As políticas públicas sociais e, dentre elas as ambientais, são estabelecidas como produtos que respondem às demandas de sua época; portanto, contextuais e históricas. Elas resultaram, respectivamente, das crises ambientais, em nível global e local, e da necessidade de desenvolver diretrizes gerais para ações que não se restrinjam à preservação e à conservação do meio ambiente; mas também, na construção de uma nova cultura, a sustentabilidade. Nesta direção, a construção da agenda política ambiental e da Educação Ambiental vão ganhando forma e materialidades, a exemplo dos documentos oriundos das conferências internacionais sobre o meio ambiente e Educação Ambiental e que se constituíram em diretrizes para a construção das políticas ambientais e educacionais em nível nacional. As conferências internacionais (e seus documentos) afirmaram a necessidade de construir valores e atitudes ambientalmente sustentáveis, tanto do indivíduo, quanto da coletividade, os quais seriam possíveis por meio dos processos educativos; dessa percepção, foi afirmada politicamente a Educação Ambiental. “A consolidação da Educação Ambiental foi marcada pela luta incessante de movimentos ecológicos, em âmbito nacional e internacional, organizados pela sociedade civil” (Rodrigues; Chagas-Ferreira, 2023). Ainda considerando-se a sustentabilidade, essa pode ser promovida a partir de ações de Educação Ambiental que integrem as dimensões sociais, políticas e econômicas com o viés científico (Rocha *et al.*, 2023).

O objetivo geral deste estudo foi mapear as ações de Educação Ambiental desenvolvidas no âmbito da gestão pública do município de Timbiras (MA) e os objetivos específicos incluem: identificar as ações de Educação Ambiental não-formal e formal realizadas desde 2010 pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saúde, Turismo e Educação; conhecer as ações de Saúde Ambiental por meio do Sistema de Vigilância Ambiental e Saúde da cidade; e reconhecer a existência de roteiros de ecoturismo no município investigado.

O estudo sobre a gestão pública municipal se deu em virtude do interesse e da necessidade de mapear a Política Nacional de Educação Ambiental no contexto da prática, como ela é traduzida localmente, tendo em vista as ações, projetos e estratégias adotadas municipalmente. Ele se justifica por entender que as ações emanadas do poder público municipal são fundamentais não somente no que se refere ao cumprimento do dispositivo legal, mas também, por reconhecer a importância e a urgência da construção de uma cultura ambientalmente sustentável em nível local. E ainda, por compreender que cabe à gestão local, por intermédio de suas instituições, garantir o desenvolvimento social, econômico e sustentável do município.

Percorso metodológico e contexto da pesquisa

O estudo, nos marcos da pesquisa qualitativa (Yin, 2016), de cunho exploratório e investigativo, objetivou conhecer as ações e estratégias adotadas nas práticas de Educação Ambiental formal e não-formal desenvolvidas pela gestão pública do município de Timbiras, estado do Maranhão.

O município de Timbiras está situado na região leste do estado do Maranhão e faz parte da região maranhense administrativa dos cocais. A região dos cocais recebe esta denominação por apresentar o bioma mata dos cocais, o qual ocupa uma zona de transição entre as florestas úmidas da Bacia Amazônica e as terras semiáridas da região Nordeste e Norte do Brasil, ocupando áreas dos estados do Maranhão, Piauí e norte do Tocantins; e, geopoliticamente, se constitui como uma região administrativa de planejamento do governo do estado do Maranhão.

A região dos Cocais é uma das 32 regiões administrativas do Maranhão e compreende cinco municípios: Codó, Coroatá, Timbiras, Alto Alegre do Maranhão e Peritoró (Maranhão, 2008). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), a população timbirensse é estimada em 26.484 habitantes; a área do município compreende 1.486,584 km² e dista em 282 km da capital maranhense, São Luís.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, a pesquisa compreendeu dois momentos, no primeiro, foi realizada uma revisão da produção acadêmica acerca da temática investigada; e o segundo, compreendeu a pesquisa de campo; essa, por sua vez, foi desenvolvida a partir de entrevistas (Duarte, 2004), com roteiro de questões (Apêndices A a D), que foram realizadas junto às Secretarias Municipais de Timbiras: Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura e Secretaria de Cultura e Turismo.

Inicialmente realizamos uma revisão de literatura acerca da temática, compreendendo os temas: Educação Ambiental não-formal e Educação Ambiental formal; com recorte geopolítico, a região dos cocais, e temporal, a última década. Posteriormente, a pesquisa de campo e a coleta dos dados se deram por intermédio da técnica da entrevista.

A equipe da pesquisa realizou primeiramente visitas de forma presencial para apresentação do projeto junto às Secretarias do município. Após a explicação do projeto, objetivos e os procedimentos investigativos, foi apresentado e assinado pelo(a) gestor(a) da pasta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e posteriormente, após agendamento, foi realizada a entrevista, em conformidade com a disponibilidade dos participantes e, ainda, em observância aos cuidados éticos da pesquisa científica.

Após o trabalho de campo, as entrevistas foram transcritas, documentadas, analisadas e arquivadas. As entrevistas, devidamente organizadas e sistematizadas se construíram no *corpus* de pesquisa. E, na sequência, foi analisado metodologicamente de acordo como os procedimentos da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2007).

Política de Educação Ambiental e gestão municipal: o contexto da prática

A Educação Ambiental, enquanto política pública, pode ser estudada e analisada em diferentes contextos, seja a partir da abordagem do ciclo de políticas; a qual, enquanto proposta teórica e metodológica, apresenta como possibilidade uma análise sistemática das políticas, analisando-as em contextos, ou seja, o contexto de influência, o contexto da produção do texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados e o contexto das estratégias políticas. Importa destacar que os contextos não se apresentam de modo linear e podem ser agrupados, uma vez que as políticas públicas, considerando a complexidade em que elas são apensadas e executadas, são interpretadas e traduzidas na ação prática e não simplesmente implementadas (Mainardes; Marcondes, 2009; Mainardes, 2018). Interessa-nos, para fins deste trabalho, o contexto da prática, ou ainda, a tradução da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em nível local, como ela se efetiva no âmbito das ações da gestão municipal.

Importa destacar que o município é o ente federado mais próximo do cidadão, e, portanto, se espera dele um papel central na concretização das políticas públicas, especialmente as sociais. Este protagonismo, no que se refere à gestão municipal, se deu a partir da Constituição Federal de 1988, momento de redemocratização do país e da reorganização do papel dos entes federados e das relações institucionais na gestão das políticas públicas sociais. Pode-se verificar que houve um movimento de democratização (e, dentro dos limites políticos, a ampliação da participação), que resultou em processos de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos.

Para analisar a política em âmbito municipal, contexto da prática, faz-se necessário observar os diferentes contextos em que as políticas são pensadas e estabelecidas. Nesta direção, destacamos o contexto de influência, onde os documentos oriundos de conferências internacionais sobre o meio ambiente e de Educação Ambiental foram traduzidos, analisados e incorporados na política nacional, o contexto da produção do texto.

A efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental, no âmbito da gestão pública municipal, considerando o contexto da estratégia política,

compreende o desenvolvimento de um conjunto de práticas que se materializam em ações e projetos de Educação Ambiental. O levantamento das ações públicas de Educação Ambiental permite conhecer como a gestão tem promovido a construção de valores, atitudes e condutas ambientais e como ocorrem localmente e coletivamente as práticas de conservação e de preservação ambiental, bem como a promoção da sustentabilidade como prática cultural dos municípios.

A administração pública municipal, enquanto gestora local da política de Educação Ambiental, precisa tomar em consideração os dispositivos legais e institucionais para a sua execução. Nesta direção, a gestão intersetorial pode se constituir uma estratégia adequada, tendo em vista que a intersetorialidade se associa à ideia de “integração, de território, de equidade, enfim, de direitos sociais”, referindo-se “à população e aos seus problemas, circunscritos a um território ou região da cidade ou do município” (Cormelatto, 2007, p. 266). Portanto, cabe à gestão municipal cumprir o seu papel como agente motivador para a construção de uma efetiva mudança de cultura e de hábitos de seus munícipes, nos marcos da política de Educação Ambiental.

Gestão municipal da Educação Ambiental: ações em construção

A gestão local da política de Educação Ambiental se efetiva por intermédio de ações, projetos e práticas que são planejadas e executadas pelas Secretarias municipais. Desta forma, procedeu-se, inicialmente, com uma visita às Secretarias e, posteriormente, com a realização das entrevistas. Assim, a pesquisa de campo compreendeu quatro Secretarias municipais.

A entrevista na Secretaria Municipal de Saúde de Timbiras foi realizada com a gestora adjunta. Questionamo-la como a Secretaria tratava das ações realizadas pela pasta no que se refere à prevenção e ao controle de doenças, a entrevistada afirmou que há o desenvolvimento de ações e citou algumas condições clínicas que demandam algumas ações específicas, tais como: hipertensão, diabetes, câncer de próstata (Novembro Azul), depressão (Setembro Amarelo), câncer de mama (Outubro Rosa) e gravidez na adolescência. Essas ações, de modo geral, ocorreram em escolas, praças do município, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas redes sociais da Secretaria; e ainda por meio de divulgação de medidas preventivas utilizando carro de som e TV local, esses últimos se constituem nos principais veículos de comunicação em saúde da Secretaria.

Importa lembrar que as ações educativas em saúde, como as supracitadas, estão presentes nos discursos oficiais no país desde 1889 (Carvalho, 2015). Na análise de Silva *et al.* (2010), os acontecimentos políticos afetaram diretamente a educação em saúde. De acordo com os autores, a educação em saúde foi intensificada principalmente durante as fases mais críticas e instáveis do governo brasileiro. As ações ocorriam, inicialmente, na forma de campanhas e de prática de assistência médica, em seguida passaram a ser realizadas algumas ações nas escolas e, após o golpe de 1964, surgiu o

movimento sanitário brasileiro, com enfoque na educação em saúde para toda a população. Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, ocorreu uma aliança entre a educação tradicional e a educação popular, que visava fazer com que a população assumisse uma maior responsabilidade sobre sua própria saúde, em detrimento de ampliação de uma rede de serviços em Educação em Saúde e em Saúde Ambiental.

Falkenberg *et al.* (2014) enfatizam a importância não apenas da educação em saúde, e sim da associação com a educação popular em saúde. Atualmente, no Brasil, as principais estratégias utilizadas na educação em saúde são as abordagens preventivas com foco no indivíduo, comportamental, e estratégias que incentivam a autonomia e a participação popular no processo preventivo (Fittipaldi; O'Dwyer; Henriques, 2021). Assim, considerando a literatura especializada da área, ao analisar as estratégias e o alcance da população realizado pela Secretaria Municipal de Saúde em Timbiras, consideramo-las adequadas para a finalidade de educação em saúde, visto que segundo a entrevistada, uma boa parcela da população consegue ser atingida e escutada com as ações promovidas.

Quando questionamos como a Secretaria Municipal de Saúde desenvolvia as ações específicas em Educação Ambiental e Saúde Ambiental, a entrevistada informou que a atuação na área só ocorre na forma de apoio logístico quando solicitado por iniciativa da Secretaria de Meio ambiente. Há, portanto, limites no que se refere às ações efetivas de Educação Ambiental em Saúde Ambiental, para além do calendário de campanhas nacionais de saúde. Cabe lembrar que a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, é responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas ao Subsistema de Vigilância em Saúde Ambiental. E ainda, de acordo no Decreto nº 8.867/2016, é atribuição da FUNASA, a formulação e o fomento à educação em saúde ambiental (FUNASA, 2020).

Na Secretaria Municipal de Educação, a equipe foi recebida pelos(as) professores(as) e coordenadores(as). Na entrevista, ao tratar do desenvolvimento de projetos voltados para EA e meio ambiente, afirmaram que as ações de Educação Ambiental são realizadas pela Secretaria do Meio Ambiente e destacaram que as principais ações se dão em alusão às datas comemorativas, a exemplo do dia da árvore, semana do Meio Ambiente, nas quais se aproveita para promover o diálogo e a reflexão acerca da temática nas escolas. Foi ressaltado pela secretaria que há um trabalho em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente para a realização de projetos, como por exemplo, a Feira da Água e a realização de algumas palestras com as temáticas ambientais.

As ações de EA precisam ser desenvolvidas transversalmente, tanto no âmbito da educação formal, quanto não-formal. Mas, tal perspectiva não exime o desenvolvimento da EA na educação regular, antes ela foi regulamentada legalmente no âmbito das Diretrizes Curriculares para EA do Conselho Nacional de Educação (CNE), por intermédio da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Apesar da importância das datas alusivas ao Dia da Árvore e ao meio

ambiente, a EA compreende a construção de valores, atitudes e práticas ambientalmente sustentáveis, o que demanda o trabalho pedagógico adequado e sistematizado no âmbito do currículo escolar.

Quando questionados sobre os desafios enfrentados pela Secretaria, foi compartilhado que há uma dificuldade em relação ao desenvolver a Educação Ambiental nas escolas em decorrência de ser ela uma temática transversal, logo, não há uma adesão por parte de alguns docentes que compõem o quadro de profissionais da educação da rede pública municipal de ensino. E ainda, destacaram a ausência de disciplinas direcionadas para a Educação Ambiental na formação inicial de professores.

As justificativas apresentadas vão de encontro ao preconizado pela Política Nacional de Educação Ambiental, visto que o Artigo 8º traz que “as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar” e no Artigo 10º, parágrafo 1º, reforça-se que “a Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (Brasil, 1999). As diretrizes curriculares de EA estabelecem que essa deve ser desenvolvida como parte integrante, permanente e articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino. A Educação Ambiental deve ser trabalhada transversal e interdisciplinarmente no currículo ao longo do percurso escolar. Contudo, conforme informado pela Secretaria de Educação, ela está sob a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente, o que coloca em evidência a fragilidade de um trabalho intersetorial, envolvendo as pastas que compõem a gestão executiva do município.

Já na Secretaria do Meio ambiente e Agricultura, em entrevista com o secretário adjunto da pasta, este informou que são realizadas ações de Educação Ambiental. Estas ações são desenvolvidas em algumas comunidades da zona rural, em associações do município e nas escolas da rede pública municipal de ensino, especialmente nas datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo, o Dia Mundial da Água e o Dia da Árvore. A Educação Ambiental tem sido contemplada no âmbito das datas alusivas ao meio ambiente. Mas, a Educação Ambiental excede a realização de ações pontuais de sensibilização em períodos específicos, ela é um processo permanente de construção de valores e atitudes ambientais e sustentáveis.

Tendo em vista a realização destas ações, foi perguntado sobre a equipe que as executa, bem como a equipe que realiza as demais atribuições e demandas que são de responsabilidade da pasta. A equipe era composta, naquele momento, pelo secretário adjunto, o único com formação técnica na área ambiental, um agente administrativo e um auxiliar de campo, porém foi informado que foi solicitado junto à gestão municipal um biólogo, um agrônomo e dois técnicos em Meio ambiente ou em Engenharia florestal para a composição do quadro de funcionários.

Considerando que a pasta compreende o Meio Ambiente e Agricultura, foi perguntado como se apresentava as questões ambientais na produção agrícola. A Secretaria informou que a agricultura e a pecuária se encontram em processo

de expansão. Esta expansão tem gerado, por um lado, empregabilidade e geração de renda e, de outro, tem produzido impactos no ambiente. Ressalta-se que o entrevistado não abordou quais eram os impactos ambientais negativos advindos das atividades agropecuárias.

Em relação à obrigatoriedade do desenvolvimento da Educação Ambiental, foi destacada pela equipe a importância da obrigatoriedade do ensino voltado para as questões ambientais, seja no Ensino Fundamental, seja no Ensino Médio, de modo que os estudantes possam crescer conhecendo a legislação e atuando na proteção e cuidado com os recursos naturais. É importante destacar que a inserção e o desenvolvimento da política dentro dos sistemas de ensino implicam o planejamento intersetorial para o sucesso da gestão da política.

Na questão referente à gestão ambiental dos locais de lazer da população timbirense, segundo o secretário, houve um plano para revitalização da “Prainha dos Amores”, um local de banho público, às margens Rio Itapecuru, que era utilizado aos finais de semana pela população como espaço de sociabilidade e recreativo. Mas o projeto não obteve sucesso, pois esse local de lazer foi interditado pelo Ministério Público, por motivos não informados durante a entrevista e desconhecidos pelos pesquisadores deste estudo.

Apesar do ocorrido, seria interessante que a Secretaria buscasse a revitalização e a promoção de áreas verdes na cidade para que fossem utilizadas pela população para atividades de lazer. Neste sentido, Santos (2009), reforça que quando se alia a discussão das questões ambientais com atividades de lazer geram-se profundas reflexões acerca da temática, de forma que se alcança uma maior parcela da população, tendo um caráter multiplicador amplificado. Silva *et al.* (2016) frisam que a qualidade dos espaços públicos de lazer pode interferir de forma positiva ou negativa na aquisição de hábitos saudáveis pela população. Os espaços públicos se constituem em oportunidades para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental não-formal, favorecendo a construção coletiva da sustentabilidade como prática cultural local.

Assim, foi perguntado sobre as parcerias que a Secretaria possui. Conforme expresso, há parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com uma escola da rede pública estadual, Escola Paulo Freire, e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus Codó. Estas parcerias viabilizaram a participação de estudantes em eventos promovidos pela Secretaria, como por exemplo, uma visita técnica ao lixão municipal, com o intuito de ensinar sobre os processos de descarte e riscos que se fazem presentes no local. Ações como essas, que envolvem a comunidade escolar, são importantes, pois atividades práticas permitem, através das vivências, a construção de hábitos e valores. Os processos educativos sejam eles formais ou não formais, que envolvem a sensibilização para as causas ambientais, podem contribuir para a construção de valores sustentáveis na comunidade (Ferreira *et al.*, 2023).

Nesta direção, destaca-se o papel da gestão pública municipal na promoção de ações, práticas e de debates coletivos que levem à reflexão sobre

os problemas ambientais e os hábitos de consumo e descarte; e, nas práticas de Educação Ambiental, promover a construção de valores e comportamentos sustentáveis, tanto em nível individual, quanto coletivo. Além de revisar seus valores e práticas, cabe ainda aos cidadãos pressionar o governo para o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de um ambiente equilibrado e saudável (Siqueira; Moraes, 2009).

Em se tratando do ambiente equilibrado e saudável, o secretário informou que Timbiras já possui um Plano Municipal de Saneamento Básico, que prevê, entre outras ações, a desativação do lixão. Segundo ele, o plano foi elaborado pela Universidade Federal Fluminense, porém não há recursos financeiros para a sua implantação. Ressaltou, ainda, que não foi feita nenhuma ação com os(as) catadores(as) de lixo, apesar de já ter instruído os mesmos a se organizarem em uma cooperativa visando trabalhar de forma legalizada para terem segurança jurídica, porém não houve avanços neste sentido. Na maioria dos municípios brasileiros, a coleta de resíduos é realizada por catadores(as), o que demanda novas políticas tendo em vista as condições em que esta coleta se efetiva e os problemas de saúde que acometem esta população.

Já em relação às ações educativas de prevenção e combate às queimadas, a Secretaria segue a orientação do Governo Estadual do Maranhão, que realiza anualmente campanhas preventivas e encaminha aos municípios materiais informativos sobre os malefícios provocados pelas queimadas. Entre os materiais recebidos destacam-se os panfletos, *banners* ilustrativos e informativos sobre cuidados e medidas de prevenção às queimadas.

O Governo Federal atua também na coordenação de ações para a prevenção e combate às queimadas, entre elas destacam-se: determinação de 20 órgãos federais para atuarem na prevenção, pronta-resposta e repressão ao fogo e crimes ambientais; ações para redução em número relevante das queimadas na Floresta Amazônica; atuação do Exercício Brasileiro para o combate ao desmatamento; Operação Guardiões do Bioma; Decreto 120 dias sem uso do fogo; investimento em helicópteros e aviões bombeiros; Projeto Floresta+ Amazônia, o qual visa proteger e recuperar a floresta, além da redução de emissões de gases de efeito estufa; e ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de entrega de caminhões de combate a incêndios para reforçar a proteção de parques nacionais (Brasil, 2021).

A Secretaria possui um plano de arborização municipal. O plano prevê, especialmente, o plantio de Ipês na área urbana do município e às margens dos rios. Outras espécies também fazem parte da arborização, entre elas, Juçara, Açaí, Pau d'água e Ingá. Esse projeto de arborização possui o apoio de engenheiros florestais do município de Porto Franco (MA), que orientam o plantio das árvores, a escolha das espécies e localidades que se adaptarão melhor. Segundo informado, já foram plantadas um total de 2.000 mudas de árvores na zona urbana de Timbiras.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2023), a arborização urbana contribui “para a qualidade de vida da sociedade, ela fornece diversos benefícios que vão

desde o embelezamento das cidades até a diminuição da amplitude térmica". Segundo Osako, Takanaka e Silva (2016), para se realizar a arborização urbana, faz-se necessário um planejamento ambiental correto para que se possa trazer benefícios ambientais e introduzir espécies arbóreas nativas em detrimento de espécies exóticas. Assim, considerando o disposto por esses autores, reconhecemos que houve um planejamento adequado de arborização municipal em Timbiras, considerando que ele foi orientado por engenheiros ambientais do Estado do Maranhão, que sugeriram o plantio de espécies nativas da região, além dos Ipês.

Ao cabo da entrevista, foi perguntado sobre os principais desafios para realizar as ações de Educação Ambiental no município, foi relatada a falta de apoio financeiro do Estado e a baixa adesão por parte da comunidade timbirense. Frisou ainda que há denúncias de desmatamento e retirada de madeiras para comercialização. Esse relato aponta para questões que demandam um conjunto de ações intersetoriais porque envolvem questões econômicas, sociais e, principalmente, ambientais.

Junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a entrevista foi realizada com o secretário; segundo ele, o município não possui uma quantidade expressiva de ações voltadas para o meio ambiente e a pasta sob a sua responsabilidade não possui ainda nenhum projeto cultural na área da Educação Ambiental. No que se refere ao turismo, informou que não há roteiros de ecoturismo na cidade. Entre as limitações relacionadas ao desenvolvimento de ações que promovam a Educação Ambiental, o secretário apontou para a falta de recursos financeiros, a falta de recursos humanos especializados e a falta de interesse da população timbirense em se engajar nos projetos culturais voltados às práticas ambientalmente sustentáveis.

Atualmente, na literatura da área do turismo, ressalta-se a importância da Educação Ambiental no âmbito ecoturismo, considerando que ele, enquanto atividade sociocultural, pode contribuir para a construção de condutas e de práticas que respeitem e preservem os ambientais naturais. Entre outros benefícios, destaca-se que é possível promover o desenvolvimento econômico de uma região por meio da inclusão social, conservação ambiental, realização de práticas em Educação Ambiental não-formal na comunidade, promoção de reflexão acerca das questões ambientais por parte dos turistas, aumento da venda de pacotes turísticos de roteiros relacionados à exploração sustentável da natureza, além da valorização do patrimônio natural e cultural (Moraes; Queiroz, 2011; Figurelli; Porto, 2013).

Conclusões

Ao estudar a Política Nacional de Educação Ambiental no contexto da prática, nos marcos da abordagem do ciclo de políticas, foi possível compreender como a política nacional é traduzida localmente, ou seja, como a política se efetiva nas estratégias adotadas pela gestão pública municipal e que se materializam nas ações e nos projetos de Educação Ambiental em Timbiras (MA).

A pesquisa de campo junto às Secretarias municipais que compõem a gestão pública de Timbiras aponta múltiplas dimensões postas para que uma política seja desenvolvida, não implementada, dito de outro modo, as políticas são traduzidas em contextos complexos e se efetivam na adoção de um conjunto de estratégias políticas e que são materializadas nas ações e projetos. Neste sentido, fica expresso que ações que são desenvolvidas no âmbito das Secretarias da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente e Agricultura e da Cultura e Turismo, são pontuais, muitas vezes restritas às datas comemorativas, alusivas à ideia de reflexão sobre temáticas de interesse público, exemplo do Dia do Meio Ambiente e Dia da Árvore.

Nesta direção, a Secretaria Municipal de Educação apresenta limites no que se refere ao atendimento à política de Educação Ambiental. A gestão municipal, responsável pela execução das políticas públicas, em articulação com a sociedade civil, tem o desafio de efetivar não só o cumprimento da legalidade de uma política pública (social), mas, também, na construção efetiva da sustentabilidade ambiental como prática cultural junto aos municípios.

O estudo permitiu conhecer o contexto da prática da PNEA em nível local. Os dados levantados empiricamente apontam de um lado, ações que estão sendo desenvolvidas e/ou em fase de implementação; e de outro, as fragilidades da gestão pública municipal na efetivação da política localmente. Neste sentido, foi possível verificar a ausência de uma proposta integrada e intersetorial para desenvolver a Educação Ambiental de modo satisfatório no município, seja ela formal ou não-formal.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio financeiro à pesquisa; à Universidade Federal do Maranhão, por viabilizar a execução.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Casa Civil. **Confira algumas ações do Governo Federal de prevenção e combate a queimadas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/confira-algumas-acoes-do-governo-federal-prevencao-e-combate-a-queimadas>>. Acesso em: 11 set. 2023.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 15 de junho de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.795** de 27 de abril de 1999. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-norma-pl.html>>. Acesso em: 15 out. 2023.

CORMELATTO, D. et al. Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Rev. Katálysis**, v. 10, n. 2, p. 265-271, 2007.

CARVALHO, F.F.B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1.207-1227, 2015.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Rev. Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FALKENBERG, M.B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

FERREIRA, V.P. et al. Educação Ambiental nas escolas: uma reflexão sobre a importância da coleta seletiva de lixo e reciclagem. **Educação Ambiental em Ação**, n. 68, 2019.

FIGURELLI, A.H.; PORTO, I. A relação entre turismo e Educação Ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, p. 438-451, 2013.

FITTIPALDI, A.L.M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, n. 21, p.1-16, 2021.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. 2^a ed. Brasília: Liber Livro, 2007.

FUNASA. **Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/saude-ambiental-para-reducao-dos-riscos-a-saude-humana>>. Acesso em: 11 set. 2023.

IBGE. **Censo demográfico. Quilombolas**: Primeiro resultado do universo. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37415&t=resultados>>. Acesso em: 13 abril 2023.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 16, p. 1-17, 2018.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M.I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos: Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

MARANHÃO. **Lei Nº 9.279**, de 20 de outubro de 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/625173534/Lei-Estadual-MA-9-279-2010-Politica-Estadual-de-Educacao-Ambiental>>. Acesso em: 10 set. 2023.

MORAES, C.S.B.; QUEIROZ, O.T.M.M. Planejamento, Gestão e Educação Ambiental no Turismo. **Educação Ambiental em Ação**, n. 35, 2011.

OSAKO, L.K.; TAKANAKA, E.M.M.; SILVA, P.A. Arborização urbana e a importância do planejamento ambiental através de políticas públicas. **ANAP Brasil**, v. 9, n. 14, p. 1-8, 2016.

ROCHA, A.R. *et al.* “Brincando e Aprendendo sobre o meio ambiente”: um livro de passatempos que promove a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 197–216, 2023.

RODRIGUES, A.B.A. *et al.* A importância da arborização urbana: a percepção de crianças no bairro de Santa Terezinha. **Educação Ambiental em Ação**, v. XXI, n. 84, 2023.

RODRIGUES, M.S.B.; CHAGAS-FERREIRA, J.F. Breve retrospectiva e perspectivas futuras da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 6, p. 329–343, 2023.

SANTOS, A.F.L. Atividades de Lazer: meio para Educação Ambiental. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo10 e 11 de setembro de 2009. **Anais....** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326067115_Atividades_de_Lazer_meio_para_educacao_ambiental#fullTextContent> Acesso em: 11 set. 2023.

SILVA, C.M. *et al.* Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2.539-2.550, 2010.

SILVA, E.A.C.P. *et al.* Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 38, n. 3, p. 251-258, 2016.

SIQUEIRA, M.M.; MORAES, M.S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2.115-2.122, 2009.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1ª ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

Apêndice A: Roteiro para entrevista na Secretaria Municipal de Educação.

- 1) Fale um pouco sobre a Secretaria e sua experiência como gestor(a) nesse órgão público municipal.
- 2) Quais os projetos de Educação Ambiental a Secretaria mantém e quais os projetos futuros (curto ou longo prazo) a serem implantados no município relacionados à Educação Ambiental?
- 3) Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Educação no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos educacionais para a Educação Ambiental?
- 4) A Secretaria realiza formação continuada de professores acerca da Política Nacional de Educação Ambiental?
- 5) Quais secretarias estão em parceria com a Secretaria de Educação?
- 6) A Secretaria possui mapeamento das escolas que contemplam a Educação Ambiental dentro dos seus PPPs? A Secretaria cataloga as ações em Educação Ambiental realizadas pelas escolas?
- 7) Há alguma ação ou projeto que envolve a comunidade?
- 8) Fale sobre os projetos em Educação Ambiental ou campanhas de sensibilização da sociedade que foram desenvolvidos pela Secretaria nos últimos 10 anos.
- 9) A Secretaria divulga suas ações em Educação Ambiental por meio das redes sociais?

Apêndice B: Roteiro para entrevista na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente.

- 1) Fale um pouco sobre a Secretaria e sua experiência como gestor(a) nesse órgão público municipal.
- 2) Quais os projetos de Educação Ambiental a Secretaria mantém e quais os projetos futuros (curto ou longo prazo) a serem implantados no município relacionados à Educação Ambiental?
- 3) Sobre as ações ambientais, há parceria? Se sim, públicas ou privadas?
- 4) Durante o período de seca do ano, existem palestras educacionais a comunidades sobre prevenção de queimadas?
- 5) Como é feito o balanço das consequências quanto às queimadas e desmatamentos locais? Quais os profissionais o fazem?
- 6) De um modo geral, qual sua visão de gestor público quanto aos espaços de lazer como praças (e parques ambientais) e quanto aos balneários? Acha que de alguma forma esses espaços precisam de um olhar mais sensível da Secretaria?
- 7) Quais Secretarias estão em parceria com a de Meio ambiente?
- 8) Há algum projeto ou ação que envolva a comunidade escolar?
- 9) Como se dá a coleta de lixo no município?
- 10) Existe alguma ação efetiva que envolva os catadores de lixo ou moradores próximo ao lixão?
- 11) Existe um plano de arborização urbana? Quais os pontos principais da cidade? São pontos estratégicos? Como ocorre a escolha das espécies a serem plantadas na cidade?
- 12) A Secretaria recebe algum incentivo/auxílio de empresas do setor privado?
- 13) Fale sobre os projetos em Educação Ambiental desenvolvidos pela Secretaria nos últimos 10 anos.

Apêndice C: Roteiro para entrevista na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

- 1) Fale um pouco sobre a Secretaria e sua experiência como gestor(a) nesse órgão público municipal.
- 2) Quais os projetos de Educação Ambiental a Secretaria mantém e quais os projetos futuros (curto ou longo prazo) a serem implantados no município que beneficiam o espaço público e consequentemente o cidadão?
- 3) As ações em Educação Ambiental são desenvolvidas? Há parcerias? Se sim, públicas ou privadas?
- 4) De um modo geral, qual sua visão de gestor público quanto aos espaços de lazer como praças e locais de banhos? Acha que de alguma forma esses espaços precisam de um olhar mais sensível da Secretaria?
- 5) Há alguma ação ou projeto em Educação Ambiental que envolve a comunidade escolar?
- 6) Existem roteiros de ecoturismo na cidade?
- 7) Quais os desafios enfrentados por esta Secretaria no que diz respeito às questões ambientais?

Apêndice D: Roteiro para entrevista na Secretaria Municipal de Saúde.

- 1) Fale um pouco sobre a Secretaria e sua experiência como gestor(a) nesse órgão público municipal.
- 2) Quais as estratégias utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para implementar a Política Nacional de Saúde Ambiental?
- 3) Quais projetos a Secretaria de Saúde do município desenvolve para prevenção e controle de doenças em áreas urbanas e rurais?
- 4) Como é feita a análise da situação de saúde e ambiente dos municípios? Como é realizado o levantamento e prevenção de doenças relacionadas a fatores ambientais?
- 5) Dentro da Vigilância em Saúde Ambiental, são desenvolvidos projetos de educação? Quais?
- 6) Quais ações, em âmbito municipal, são realizadas para a promoção de saúde da população?
- 7) Quais ações de políticas públicas a SMS oferece em prol da saúde ambiental da população?
- 8) Nesse cenário de pandemia, houve algum projeto emergencial criado pela Secretaria no âmbito da saúde ambiental?
- 9) A Secretaria desenvolve ações de Educação Ambiental?
- 10) Quais Programas de Saúde Ambiental previstos na Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) são realizados no município?
- 11) Quais desafios enfrentados na implementação da Política Nacional de Saúde?